



O JULGAMENTO E A CRUCIFICAÇÃO DE JESUS CRISTO

Denise Santana¹

Resumo:

O artigo trata sobre os fatores históricos sobre o julgamento e a crucificação de Jesus. Narra cada etapa como: Jesus predisse a Sua morte em profecia, o pacto da traição de Judas, qual era o papel do Sinédrio na vida dos judeus, os judeus subjulgados a Roma, a aplicação da pena de morte, o significado de ser morto em uma cruz, a pena aplicada, o local da crucificação foi o Gólgota, a crucificação de Jesus tem provas históricas, o crime, Jesus e as profecias do Antigo Testamento para que ficasse comprovado que era o Messias esperado, sepultamento, as mirróforas, a ressurreição.

Palavras-chave:

Homilética. Retórica. Bíblia. Antigo Testamento. Comunicação.

Aquela semana santa, na Palestina do século I, mudou a história da humanidade e iniciou a maior religião do mundo em números de fiéis: o Cristianismo. É necessário descrever os cenários antes do julgamento e da crucificação do Messias.

Jesus predisse a Sua morte em profecia (Mc 8:31). Na última semana de vida, Jesus entrou triunfalmente em Jerusalém, aclamado pelo povo como rei (Mc 11:1), em cima de um jumentinho, sendo muito bem recebido pelas pessoas que estenderam vestes pelas ruas e ramos pelo chão. O ato de estender ramos verdes pelas ruas era uma ação popular comum e também pode ser vista nos textos no Antigo Testamento quando Jeú foi aclamado rei (2 Rs 9:13).

Ainda como ato que trouxe ira aos adversários, o Mestre disse que o templo em Jerusalém seria destruído (Mc 13.1). O templo era um local central para a vida judaica. A profecia se cumpriu no ano 70 d.C. quando os romanos destruíram a edificação.

A vida de Jesus corria perigo, pois conspiravam assassiná-Lo (Mc 14:1). A ideia de matar Jesus ganhou corpo com o pacto da traição assumido por Judas. É a conhecida história da venda do Messias por trinta moedas de prata (Mc 14:10; Êxodo 21:32; Zc 11:13). Aliás, esse era o valor pago por um escravo. Vale dizer que na moeda havia a esfinge de César, título que recebia o imperador. Na época em que Jesus foi julgado e condenado, Tibério era o imperador romano (Mc 12:15-16).

Outro contexto importante foi a festa da Páscoa que acontecia naquele momento, sendo celebrada somente em um dia. Depois, era seguida pela festa dos Pães Asmos, que durava sete dias (Mc 14:12). Por ordem de Cristo, os discípulos prepararam a Páscoa. Todos celebraram a última ceia

¹ Denise Santana é jornalista, teóloga e professora. Mestrado em Teologia, especialização em MBA Gestão da Comunicação nas Organizações, bacharel em Teologia, bacharel em Comunicação Social e licenciatura plena em História. Contato: jornalista.denise.santana@gmail.com.

(Mc 14:22). Os textos bíblicos comentam que esse era o cenário que antecedeu à prisão de Jesus no jardim do Getsêmani (Mc 14:43), sendo conduzido, à noite, para ser julgado pelo Sinédrio.

Mas qual era o papel do Sinédrio na vida dos judeus? Mandava nos assuntos internos dos judeus, sejam religiosos, políticos ou administrativos. O Sinédrio não tinha o costume de fazer reuniões noturnas, comportava 71 pessoas entre o sumo sacerdote, sacerdotes, anciãos e mestres da lei. Somente esses últimos não tinham caráter eclesiástico, pois ser mestre de lei (ou escriba) era uma profissão. As demais funções eram consideradas eclesiásticas.

Os judeus estavam subjulgados a Roma. Em outras palavras, cabe dizer que quem mandava na Palestina do século I era o Império Romano. Então, fica a pergunta: o Sinédrio teria autoridade para julgar e condenar uma pessoa à morte? A lei judaica teria força ou as regras romanas eram superiores uma vez que os judeus eram um povo dominado pelos romanos à época? Na interpretação de João Ferreira de Almeida, o Sinédrio tinha autonomia religiosa, jurídica, autoridade para julgar um crime e imputar a pena de morte. Mas a efetivação dessa ordem deveria ser dada pelo governador romano. Ou seja, a pena de morte somente seria aplicada/executada com a chancela/concordância dos romanos. A palavra final para matar ou não uma pessoa era dos representantes do Império. O jurista judeu Haim Cohn, na obra “Julgamento de Jesus, o nazareno”, também defende essa ideia. Cita que a morte de Cristo aconteceu por volta do ano 30 d.C e que a maioria dos pesquisadores sustenta que a autoridade do Sinédrio foi limitada pelo poder romano e que, nas mãos dos judeus, restou uma autoridade judicial abstrata, de onde foi retirada a decisão final para pronunciar a pena de morte. Então, parece que sobre o tema pena de morte (e não sobre todos os assuntos sociais) cabia ao Sinédrio prender e interrogar os julgados. Poderia sentenciar (dizer qual pena estaria prescrita para o crime na lei judaica), mas não poderia mandar matar a pessoa de fato. Ou seja, para realmente uma pessoa morrer (por ser considerado culpado) caberia aos romanos a palavra final. No caso de Jesus, caberia a Pilatos (procurador/governador da Judeia de 26 a 36 dC) a sentença final de matá-Lo e não ao sumo sacerdote Caifás.

Outra prova histórica de que o Sinédrio era limitado quanto à aplicação da pena de morte (mas era livre e autônomo para cuidar da vida judaica em outras instâncias) está no Talmude, um livro sagrado dos judeus que relata sobre a lei, a ética, os costumes e a história do Judaísmo. Haim Cohn cita que no livro judaico há texto que confirma que o sumo sacerdote deveria pedir autorização para o governador romano para aplicar a pena de morte. De acordo com o Talmude de Jerusalém (tradição talmúdica jerosolimitano), quarenta anos antes da destruição do templo foi retirada de Israel a autoridade para impor a pena capital (questões de vida e de morte). Mas para ser honesto quanto à fonte pesquisada, é importante afirmar que Cohn diz também que há outras fontes que afirmam que os judeus perderam a autoridade para julgar questões de vida e morte somente com a destruição do templo e não quarenta anos antes. Ambos pontos de vista demonstram que não existe uma visão única e fechada quanto aos fatos históricos.

Além dos homens do Sinédrio, Herodes Antipas também participou do processo de julgamento de Cristo porque era governador da Galiléia (Lc 23:8). Mas nada decidindo sobre Cristo, devolveu-O à autoridade máxima romana na Judeia, o governador Pôncio Pilatos, que ficava no palácio (pretório) e afirmou não ver crime em Cristo, querendo soltá-Lo. Mas os judeus apelaram para a lei mosaica. De acordo com as regras descritas no livro de Levítico 24:15-16, Jesus deveria morrer por apedrejamento porque “a si mesmo se fez Filho de Deus” (Jo 19:12). Para os judeus, Cristo se dizer Filho de Deus significava uma blasfêmia. A punição era o apedrejamento.

Em diálogo com os sacerdotes, Pilatos demonstrou que desejava liberar Jesus, mas os judeus afirmaram que Ele deveria ser condenado por não ser amigo do imperador, uma vez que

“todo aquele que se faz rei é contra César”. Então aconteceu a conhecidíssima cena do governador Pilatos lavar as mãos em sinal de que entregava a morte do condenado à sorte das pessoas que pediam a crucificação (Mt 27:24).

No palácio, outros personagens precisam ser citados, pois foram decisivos no desfecho da sentença: os soldados romanos e a multidão. Por que foram importantes? A multidão porque gritou pedindo que soltasse o criminoso Barrabás e que crucificasse Jesus. Vale dizer que na época pascal era comum a governador ter misericórdia e soltar um preso a pedido das pessoas. Barrabás – que estava preso pelos crimes de sedição e de homicídio, foi o escolhido para viver em liberdade e, em contrapartida, Jesus foi condenado. E qual a participação dos soldados romanos no caso? Foram os responsáveis por açoitar Jesus ainda no pretório, onde aconteceram as primeiras cenas de humilhação. Os soldados cuspiram no Mestre, bateram em Sua cabeça, O vestiram com uma coroa de espinhos (imitação da zombaria das grinaldas que usavam os imperadores), colocaram um manto de púrpura (muito provavelmente para fazer alusão às vestes reais, já que os soldados romanos zombavam de Jesus ser rei dos judeus). Ficaram ainda de joelhos diante de Cristo num gesto de gozação fazendo referência a um rei. Por fim, retiraram essas vestimentas e colocaram em Cristo Suas próprias roupas e O crucificaram. O texto bíblico cita ainda que os soldados lançaram sorte sobre as roupas de Jesus. Esse era um costume comum na época (Jo 19:23).

Qual era o significado de ser morto em uma cruz? Humilhação pública. Era considerado o pior tipo de morte. Prática comum entre os romanos, o Império condenava uma pessoa a morrer na cruz para servir de exemplo e de humilhação. Exemplo para que nenhuma outra pessoa desafiasse as regras imperiais. Mas essa prática matar na cruz foi somente popularizada entre os romanos. Na verdade, é uma invenção dos persas.

Sobre a cruz do Messias foi fixada uma placa onde estava escrito “este é Jesus, rei dos judeus” (Mt 27:37). O texto foi escrito em três línguas: grego, latim e hebraico (Lc 23:38) para que todos que passassem pelo local da crucificação pudessem ler. Qual o significado de escrever em tantas línguas? Latim era falado pelos romanos. Grego era a língua helenística uma vez que a Grécia dominava culturalmente o Império. Hebraico era a língua judaica. É necessário lembrar que era o período da festa pascoal e, para Jerusalém, viajavam pessoas de todo o mundo. Durante as festas anuais os próprios judeus da Diáspora voltavam para Jerusalém para participar das celebrações. Então, todas as pessoas que estivessem na cidade santa naquela Páscoa poderiam ler a placa na cruz de Cristo.

O local da crucificação foi o Gólgota, lugar da caveira, uma pequena colina situada fora de Jerusalém (Mt 27:33; Jo 19:17). Esse local era estratégico para o percurso das pessoas, sendo muito movimentado. Colocar Jesus dependurado no madeiro era para servir de lição. As pessoas deveriam entender que não poderiam desafiar e desobedecer às autoridades romanas (Mc 15:29).

Não são somente os textos bíblicos servem de fonte histórica sobre a morte de Cristo. A História e a Arqueologia confirmam as histórias narradas e apontam a geografia nas quais cada fato aconteceu. As provas históricas são importantes porque foram descritas não por cristãos que pudessem querer defender o texto bíblico, mas por judeus e romanos do século I que não tinham o menor interesse em defender a fé cristã.

O jurista judeu Haim Cohn afirma que a crucificação de Jesus tem provas históricas. Dois historiadores descreveram as cenas fora dos textos dos Evangelhos. Tácitus (55-115 aproximadamente) e o judeu Flávio Josefo. Tácitus citou em seus escritos o nome “cristão” referindo-se aos seguidores de Cristo, que eram perseguidos durante reinado do imperador Nero.

Comentou ainda que Cristo é o pai de todos os cristãos e que foi executado na época do imperador Tibério pelo governador Pôncio Pilatos. Já Flávio Josefo citou o nome de Tiago, irmão de Jesus.

Outro autor da história da igreja primitiva, Earle Cairns, dá evidências históricas sobre a real existência de Cristo. Cita, por exemplo, que o historiador romano Tácito (55-117) ligou o nome e a origem dos cristãos a “Christus”, que no “reinado de Tibério sofreu a morte por sentença do procurador Pôncio Pilatos. Outro nome citado por Cairns é Plínio, propretor da Bitínia e do Ponto, na Ásia Menor, que escreveu ao imperador Trajano, no ano 112, para solicitar que o orientasse a como tratar os cristãos. Plínio faz um rasgado elogio á integridade moral e ética dos cristãos em seus escritos. Disse que os cristãos se recusavam a adulterar e a roubar. Outra prova extrabíblica de um pagão sobre a real existência de Cristo e Seus seguidores foi Suetônio, que escreveu a obra “Vidas dos Doze Césares: Vida de Claudius”. Fez uma menção afirmando que os judeus foram expulsos de Roma por causa de distúrbios a respeito de Cristo. Já Luciano, por volta do ano 170, cita em sua obra que Cristo foi crucificado na Palestina. Esses testemunhos são importantes porque foram feitos por romanos e judeus, muitos deles que desdenhavam e hostilizavam a fé cristã. Não foi um cristão comentando sobre a sua própria fé. Também fora da Bíblia existe a obra de Montague R. James, “The Apocryphal New Testament”, que cita que nas catacumbas foram achados desenhos de pomba, do peixe e da âncora. Todos símbolos da fé cristã.

Mas de qual crime Jesus foi acusado? Na verdade, Ele foi acusado de dois crimes. Mas foi condenado somente por um crime. Jesus foi acusado de um crime prescrito na lei judaica e outro na romana. De blasfêmia pelo lado judaico (Mc 14:64) por Cristo dizer que era Filho de Deus. E ainda o crime de sedição para os romanos por Jesus se definir como Rei dos judeus. Sedição é sublevação contra qualquer autoridade constituída, revolta, motim, perturbação da ordem pública, desordem, rebuliço. Ser Rei dos judeus era inaceitável para os romanos, pois mostrava que Jesus estava aspirando o título e o prestígio que caberiam somente ao imperador (Mt 27:37). E qual as punições para ambos os crimes? Para blasfêmia, seria o apedrejamento, de acordo com a lei judaica (Lv 24:15-16; Jo 19:7). Mas Jesus não foi apedrejado de acordo com as regras judaicas. Na verdade, foi condenado pelas leis romanas e, por isso, crucificado.

Os cristãos aceitam bem a história narrada na Bíblia, mas nem todas as pessoas concordam com o texto. O jurista judeu Haim Cohn afirma que existia a “tendência em todos os Evangelhos para liberar o governador romano da responsabilidade pelo que passou e atribuir toda a culpa aos judeus”. Esses relatos foram intencionais, de claro matiz religiosa política e que os autores dos Evangelhos desvirtuaram os fatos e as tradições para engrandecer o seu Deus. Uma crítica feita pelo olhar de um judeu que ainda acrescentou que “quando os Evangelhos foram escritos, a comunidade cristã em Roma ainda era pequena e perseguida. Para dentro existia a necessidade de ressaltar a santidade de Jesus, a sua inocência de qualquer crime ou pecado, a sua grandeza em suportar o sofrimento e as torturas e para fora existia a necessidade de ressaltar que os romanos não estiveram envolvidos no caso, que Jesus não os agredia com sua crença e com suas atividades, e que nenhum governador romano, de acordo com seu status e de acordo com a lei romana, tinha qualquer razão para prendê-lo, julgá-lo e crucificá-lo.”

O sofrimento psicológico e físico de Jesus foi imenso. Além de ser deixado sozinho porque os discípulos O abandonaram, Ele ainda recebeu açoites, uma coroa de espinhos, foi obrigado a carregar uma cruz pelas ruas, teve sede e os soldados deram vinagre para que bebesse. Jesus recusou. Também teve o lado perfurado por uma lança e do local do ferimento saiu sangue e água (Jo 19:33). Ficou dependurado na cruz durante seis horas, mas não teve as pernas quebradas, ao contrário dos dois ladrões crucificados ao Seu lado.

E a grande pergunta é: Jesus cumpriu as profecias do Antigo Testamento para que ficasse comprovado que era o Messias esperado? Para os judeus, não. Mas para os cristãos, sim. Quais passagens bíblicas no Antigo e do Novo Testamento são usadas pela igreja cristã para comprovar que Jesus foi anunciado pelos profetas? São várias as provas: Jesus ter ficado em silêncio no Sinédrio (Mt 26:63 e Is 53:7); os soldados darem vinho com fel para Ele (Mt 27:34 e Sl 69:21); depois de crucificar Jesus os soldados lançaram sorte sobre Suas vestes (Mt 27:35 e Sl 22:18); as trevas que se fizeram sobre toda a Terra do meio dia até às três horas da tarde (Mt 27:45; Am 8:9; Jl 2:31); os ossos dEle não terem sido quebrados assim como foram os ossos dos ladrões (Jo 19:36; Sl 34:20; Êx 12:46; Nm 9:12); o sol escureceu ao meio dia (Am 8:9-10) e o véu do templo que se rasgou de cima a baixo (Mt 27:51; Êx 26:31; 2 Cr 3:14; Hb 6.19; 9.3-12).

Depois do martírio e da morte, Jesus foi sepultado. Naquela época, não era comum uma pessoa crucificada receber um sepulcro. Em geral, o corpo do condenado ficava pendurado na cruz, à vista de todas as pessoas que passavam pelo local e as aves o devoravam. Essa era a lei romana cumprida à risca. Mas, ao contrário, os judeus tinham outra lei. Para a Palestina, um sentenciado deveria receber uma sepultura. E outro fator importante deve ser lembrando. No final daquele mesmo dia, depois do pôr do sol, já se iniciaria a Páscoa judaica. E não era agradável ter um judeu morto e suspenso na cruz em um dia de festa. Essas duas tradições judaicas foram seguidas e Jesus foi retirado da cruz e ganhou um túmulo, depois da ação de José de Arimatéia e de Nicodemus, conforme é narrado em Jo 19:38-39. Pilatos permitiu que o corpo fosse retirado da cruz e sepultado. Outro costume judaico também foi seguido. Era comum, após a morte de um judeu, ungir o corpo com óleos aromáticos para diminuir o mau cheiro. Esse serviço era realizado por mulheres que compravam aromas, chamadas de mirróforas, e que tinham parentesco próximo com a pessoa falecida. Atualmente, em todo o mundo, essas mirróforas são lembradas pelo calendário litúrgico bizantino. Mas a liturgia ocidental não as homenageia. Os protestantes não aceitam e não praticam essa homenagem às mulheres que cobriram o corpo de Cristo com aromas. Mas as igrejas ortodoxas brasileiras homenageiam essas mulheres. Foi por meio delas que a ressurreição de Jesus foi conhecida por todas as pessoas. Os católicos ortodoxos acreditam que elas foram ao sepulcro, no domingo, terminar os rituais do sepultamento que foi feito às pressas na sexta-feira. Os nomes delas aparecem na Bíblia, em Mc 15:40 e Lc 24:10: Maria Madalena, Salomé, Joana, Marta e as duas Marias.

Da prisão à crucificação. Esses foram dias que agitaram Jerusalém e marcaram a vida das pessoas que presenciaram os fatos. Mas a ressurreição foi além. Atingiu não somente as pessoas de século I, mas fez com que Cristo fosse reverenciado como Deus diante da humanidade. No século XXI essa história continua sendo contada e pessoas, em todo mundo, convertendo-se ao Cristianismo. O que explica tanta dor e sofrimento? O amor. Porque Deus amou tanto as pessoas que entregou Seu único Filho. Foi para garantir que tivessem vida eterna todos que cressem em Jesus (Jo 3:16).

Referências

Artigo com título “Sinaxe”, do Pe. Paulo A. Tamanini, em folheto dominical da Igreja Anunciação da Mãe de Deus, na Asa Norte, Brasília, DF, em 15 de maio de 2016, p. 12.

BÍBLIA de Estudo. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

CAIRNS, Earle. Cristianismo através dos séculos. São Paulo: Ed. Vida Nova, 2008.

COHN, Haim. O julgamento de Jesus. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

GARDNER, Paul. Quem é quem na Bíblia. São Paulo: Ed. Vida Acadêmica, 2005.